

Aos 12 (doze) dias do mês de Fevereiro, às dezenove horas (19h), instalou-se a reunião ordinária do Conselho do FUNDEB-BH, com a seguinte pauta: **1-** Informes gerais; **2-** Leitura e aprovação da ata anterior; **3-** Prestação de contas PNATE e FUNDEB. A reunião contou com a presença dos seguintes conselheiros: Alex Sandro da Silva Gomes, Katia Cristina Varne Dias, Maria Antonieta Sabino Viana, Maria do Carmo da S.G. de Oliveira e Souza, Omar Pinto Domingos, Vanessa Portugal Barbosa, Viviane Gonçalves Rodrigues e Wandson Antônio Silva Mourão. O Conselheiro Pedro Henrique AuareK justificou sua ausência. Contou com as presenças de Marcelino Cástulo Martins, Gerente de Convênios e Repasses da SMED como convidado e Elias José Lopes de Freitas como secretário executivo. O presidente Wandson Antônio Silva Mourão fez a leitura da ata da reunião anterior que, após algumas observações, foi aprovada. Após, o presidente passou para os informes, lendo o ofício enviado pelo FNDE sobre considerações da verba do PNATE, enviada ao município. Nele, este órgão esclarece que esta verba é enviada a partir de informações constantes no Censo Escolar e que dão conta da matrícula na RME de aluno residente em área rural. O presidente obteve junto ao responsável pelo Censo a informação de que realmente existe um estudante da RME que reside na área rural de Sabará e informou que a Secretaria Executiva do Conselho do FUNDEB já enviou e-mail ao Censo solicitando maiores informações sobre este aluno. Em decorrência deste fato, a verba do PNATE continuará sendo enviada tendo que ser devolvida, uma vez que o transporte deste aluno é feito pela prefeitura de Sabará. Marcelino Cástulo Martins apontou que quando do pedido de cancelamento desta verba pela SMED, o FNDE respondeu simplesmente que cancelaria o aporte deste recurso, e que mesmo os auditores do FNDE não sinalizaram a possibilidade de dados inconsistentes no censo. O Presidente também informou sobre relatórios de execução dos programas do FNDE relativos aos exercícios de 2013 e 2014 que necessitavam de parecer favorável do CACS FUNDEB até o dia 15 de fevereiro. A conselheira Maria Antonieta Sabino Viana questionou se não houve parecer no período da execução. Marcelino Cástulo Martins respondeu que o parecer do CACS é uma inovação do FNDE, que foi apontada pelos auditores que estiveram em BH, dizendo, inclusive, que cada conselheiro receberia uma senha para avaliar estes gastos. Marcelino Cástulo Martins completou sua fala dizendo que estas verbas tinham como prestação de contas apenas a chancela do executivo atestando os gastos, o que já está atestado nos relatórios. Maria Antonieta Sabino Viana

insistiu no questionamento, assinalando que os mandatos do CACS FUNDEB do período de execução já haviam vencido e que seria uma espécie de contra senso fazer um parecer em nome deles. O conselheiro Omar Pinto Domingos sugeriu que, diante deste impasse, se faça o parecer favorável, levando-se em conta o fato de que os gastos do FUNDEB daquele período já foram aprovados por outros mandatos. Não caberia, portanto, a este mandato contestar prestações de contas anteriores, o que configuraria uma espécie de investigação do CACS FUNDEB pelo próprio CACS FUNDEB. A única alternativa viável seria, então, este mandato dar um parecer favorável a estes relatórios. Maria Antonieta Sabino Viana perguntou se esta validação seria feita individualmente pelos conselheiros. Alex Sandro da Silva Gomes respondeu que esta validação seria feita pela presidência que responde por todos os conselheiros, assinalando ainda o prazo que está por expirar. Ficou decidido, então, que o presidente Wandson Antônio Silva Mourão acessará os e-mails já enviados pela Secretaria Executiva e que contém as ferramentas de validação para as devidas providências. Passou-se, então para a pauta relativa à prestação de contas do exercício de 2018. Marcelino Cástulo Martins exibiu slides com a prestação de contas do PNATE na qual ele fez um breve comentário sobre o programa e um histórico sobre este repasse à PBH. Foi apontado que o repasse sempre foi devolvido pela PBH juntamente com os rendimentos aferidos na sua aplicação, expediente que deverá ser continuado com a existência de um aluno residente na área rural, conforme fala anterior do Presidente. Em seguida, passou para a prestação de contas do FUNDEB em que apresentou os seguintes formulários: resumo por subfunção do FUNDEB exercício 2018; resumo total FUNDEB 2018; folha total gastos ROT (2018), demonstrando que ao longo do ano de 2018 houve uma queda na arrecadação do FUNDEB, em decorrência do decréscimo de repasses por parte do Governo do Estado de Minas Gerais. Segundo Maria do Carmo da S.G. de Oliveira e Souza, esta queda é proporcionalmente maior do que indicam os números absolutos. Quanto a isto, Alex Sandro da Silva Gomes esclareceu que esta situação é grave, já que a rede cresceu e conseqüentemente aumentou gastos sem a contrapartida de crescimento dos recursos do FUNDEB. Em virtude disto, o município teve que lançar mão do ROT como forma de suprir este rombo, o que ficou demonstrado na planilha referente aos gastos deste recurso. A conselheira Vanessa Portugal Barbosa solicitou, em números, os valores de contribuição da PBH para a cesta do FUNDEB e qual o valor que ela percebe deste fundo. O Conselheiro Alex Sandro da Silva Gomes disse que não tinha este número no momento, mas que seria fácil conseguir. O que ele poderia adiantar é que, por enquanto, este saldo seria positivo a favor da PBH. Analisando os formulários distribuídos, a Conselheira Maria Antonieta

Sabino Viana assinalou que, a seu ver, faltaram neles dados que permitiriam maior exatidão na análise das contas, como o saldo anterior do FUNDEB ou a vinculação dos empenhos do FUNDEB. Alex Sandro da Silva Gomes assinalou que enviou à Secretaria Executiva extratos detalhados sobre a movimentação financeira do FUNDEB durante o ano de 2018, ficando acordado que ela repassaria a todos os conselheiros. A conselheira Vanessa Portugal Barbosa perguntou se seria possível o pagamento por parte da Prefeitura de alguém que auditasse estes documentos. O Conselheiro Alex Sandro da Silva Gomes ressaltou que esta seria uma função dos membros do CACS FUNDEB. Caberia, então, a cada um de acordo com sua disponibilidade, que analisasse os dados facultados. A conselheira Maria Antonieta Sabino Viana levantou dúvidas quanto a variação de valores do FUNDEB aplicado, por exemplo, na EJA. Alex Sandro da Silva Gomes respondeu que estas variações podem se dar por mudanças na carga horária de pessoal, por exemplo. Vanessa Portugal Barbosa observou que esta explicação serve para pequenas variações na aplicação de recursos, mas, que grandes variações como as que foram expostas, só podem se dar em decorrência da instabilidade de repasses de recursos. A conselheira Maria Antonieta Sabino Viana cobrou a discriminação do que foi gasto com o ROT, por nível de ensino. Alex Sandro da Silva Gomes respondeu que trouxe um relatório sintético do ROT apenas para ilustrar o aumento de uso deste recurso em face do decréscimo de repasse do FUNDEB, já que o ROT não é objeto de análise do CACS FUNDEB. A conselheira Vanessa Portugal Barbosa também solicitou o detalhamento dos gastos com limites de 60% e 40% da verba do FUNDEB com os profissionais da educação. Alex Sandro da Silva Gomes prometeu enviar este dado assinalando que haveria uma certa morosidade neste processo, dado ao quantitativo de informações. Vanessa Portugal Barbosa ainda assinalou que considerava os dados apresentados na reunião insuficientes para uma prestação de contas transparente, por parte do CACS FUNDEB. Segundo ela, a função do CACS FUNDEB é a de fiscalizar e seria importante ter em mãos a dinâmica de gastos dos recursos do FUNDEB, com especificação de receitas e despesas como forma de levar a cabo esta atribuição. Alex Sandro da Silva Gomes respondeu, então, que diante das demandas apresentadas, seria necessária uma reunião extraordinária para que se analisassem estes dados complementares. Omar Pinto Domingos sugeriu que fosse montado um modelo de prestação de contas que considerasse inclusive a profundidade de ação do CACS FUNDEB em relação ao seu papel, não transcendendo para uma atuação de auditoria. Alex Sandro da Silva Gomes sugeriu que as pautas de análise das contas seja feita com mais regularidade para evitar atropelos de trabalho com prazos mínimos. Afirmou que se

o CACS FUNDEB não requisitar esta prestação, ela não acontece. A conselheira Maria Antonieta Sabino Viana assinalou que a transparência não prescinde de solicitação do controle social, deve ser premissa do executivo. Ao que respondeu Alex Sandro da Silva Gomes que, independente desta discussão, o prazo de prestação de contas deve ser cumprido. Maria do Carmo da S.G. de Oliveira e Souza sugeriu o levantamento de questões que norteassem a prestação de contas por parte dos conselheiros. O presidente Wandson Antônio Silva Mourão corroborou esta afirmação dizendo que é preciso levantar estas questões para que o conselho tenha um direcionamento, tendo em vista o nível de ação com que este conselho trabalha. As demandas apresentadas foram: detalhamento nominal dos profissionais de educação que tem seus vencimentos vinculados ao limite constitucional de 60% e 40% dos recursos do FUNDEB; - repasses detalhados do ROT, mensalmente com os valores gastos com o Ensino Fundamental, Educação Infantil, Eja com totalização; - extratos totalizando valores mensais dos repasses do FUNDEB; - valor de contribuição da PBH ao FUNDEB e o valor recebido por este fundo apontando saldo negativo ou positivo; - saldo do FUNDEB do ano anterior e saldo atual; - valores que não foram repassados pelo estado ao longo do ano de 2018. Alex Sandro da Silva Gomes prometeu enviar estas informações até o dia 19.02 e sugeriu que a assembleia extraordinária fosse marcada para o dia 26.02, data aprovada por todos os presentes. Para as próximas reuniões Omar Pinto Domingos sugeriu o envio de dados aos conselheiros com 48h de antecedência. Quanto à demanda de nomes de profissionais que recebem recursos do FUNDEB, Marcelino Cástulo Martins apontou que existe uma possibilidade de se fazer uma busca no SIOPE por nomes, o que facilitaria o trabalho, se comprometendo a verificar se isto ainda era possível. Wandson Antônio Silva Mourão lembrou que isto só seria viável se tivesse posse de todos os nomes de profissionais da RME. Marcelino Cástulo Martins respondeu que esta busca poderia ser feita periodicamente, por amostragem. Vanessa Portugal Barbosa cobrou uma normatização que obrigasse a PBH a prestar contas com maior detalhamento. A Conselheira Katia Cristina Varne Dias levantou a possibilidade de que os conselheiros consultassem a Secretaria quanto as informações enviadas, dada a quantidade de informações a serem por eles recebidas. Às 20h e 45min o presidente Wandson Antônio Silva Mourão encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.